

Metas com o FMI são ambiciosas

Economista teme que país não consiga cumprir acordo

• O risco de não serem cumpridas as metas do acordo com o FMI para os próximos dois anos preocupa o economista Marcelo Serfaty, sócio do banco Pactual. Ele considera que os superávits previstos para o período são pouco realistas e o esforço fiscal para alcançá-los dependerá do êxito político do Governo. Pelo acordo, estados e municípios sairão de um déficit primário, em 1998, de 0,2% do PIB para um superávit de 0,4% este ano (ajuste de cerca de R\$ 6 bilhões) e de 0,7% do PIB em 2001. Dado o desempenho dos últimos anos das contas de governadores e prefeitos, o mínimo que ele diz a esse respeito é que a meta é ambiciosa.

O corte na folha de pagamentos, um dos principais itens do ajuste, está longe de ser obtido. Os estados que assinaram contratos de renegociação da dívida ainda não moves-ram uma palha nesse sentido. O economista teme que as despesas com pessoal em proporção à receita estejam em franco cresci-

mento. Parte por causa da queda de arrecadação de ICMS, parte por pura indisciplina fiscal. Em média, 67% do gastos dos estados vão para pagamento de pessoal e previdência (em Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul sobe para mais de 80%).

— É difícil acreditar em um ajuste rápido de estados e municípios diante desses números — diz Serfaty.

As metas previstas para o Governo central também estão ameaçadas. Para atingir os resultados acordados, será preciso um corte substancial nas despesas correntes e de investimento. Na prática, significará ris- car tudo o que não for saúde e educação. A expectativa é de queda de receita, porque o Governo vai perder a CPMF e o dinheiro de concessões. Este ano ocorrerá o pico de ar- recadação tributária como porcentagem do PIB. Por isso, será preciso um corte propor- cional nas despesas, que devem cair de 13,8% do PIB em 98 para 10% em 2001.